

ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE E TAXAS DE RENDIMENTO EDUCACIONAL EM MUNICÍPIOS DAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO DE CAÇADOR E CONCÓRDIA, NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Sandra Mara Cardoso*

RESUMO

A formação docente é um dos fatores que impactam no processo de aprendizagem e exerce influência sobre o desempenho dos estudantes, e neste sentido, pode ter uma relação positiva com a qualidade da educação. Este artigo tem como objetivo analisar a adequação da formação docente dos anos finais do ensino fundamental, da rede estadual de ensino de Santa Catarina e sua relação com as taxas rendimento dos estudantes no período de 2016 a 2018, em municípios das regionais de educação Caçador e Concórdia. Para tanto a metodologia utilizada foi a análise de dados de rendimento que integram a base de dados divulgados pelo INEP, dados esses coletados por meio do levantamento estatístico do Censo Escolar da Educação Básica disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que serão relacionados neste estudo, ao Indicador de Adequação da Formação Docente frente aos critérios estabelecidos pela legislação nacional e consolidados nas metas dos planos educacionais vigentes.

Palavras chave: Formação, Docência, Rendimento, Indicadores

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa o Indicador de Adequação da Formação Docente, de forma específica, sua associação com o desempenho dos alunos dos anos finais do ensino fundamental das escolas de educação básica de duas regionais de ensino do Estado de Santa Catarina. A definição por esta temática se justifica pela possibilidade de estimular a elaboração de um planejamento para formação docente que considere, além das estratégias do Plano Estadual de Educação (PEE), as demandas locais.

O interesse pela temática se configurou a partir de minha atuação enquanto técnica da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, envolvida com o planejamento de políticas e avaliação educacional até o ano de 2018. A partir de 2019 passei a atuar na Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, responsável por normatizar, supervisionar, orientar, controlar e formular políticas de gestão de pessoal do magistério público estadual e promover a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal de forma articulada com o órgão central do Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas.

A educação é fundamental para o desenvolvimento da sociedade e o professor exerce um papel importante para o sucesso da educação, o que torna relevante que se desenvolvam estudos que ajudem a compreender que a formação docente pode contribuir com a promoção de avanços na qualidade dos sistemas educacionais. Este estudo, portanto, tem como objetivo: analisar a adequação da formação docente, referente aos anos finais do ensino fundamental nas escolas da rede estadual de ensino de Santa Catarina, no período de 2016 a 2018, estabelecendo relação com os indicadores de rendimento escolar (aprovação, reprovação,

* Orientadora Educacional. Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, Especialista em Educação. Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, UDESC. E-mail: sandramara@sed.sed.sc.gov.br

abandono). Foi realizado um levantamento das taxas de rendimento nas 36 regionais de educação, que identificou as regionais com as piores e as melhores taxas do estado e permitiu a seleção das regionais de Caçador e Concórdia.

As regionais selecionadas são semelhantes em relação ao número de municípios, em sua área de abrangência, situação geográfica e em relação ao atendimento educacional. Delimitou-se para esse estudo os anos finais do Ensino Fundamental, por considerar que nesta etapa os estudantes já devam ter consolidado o processo de alfabetização e passem a aprendizagens de conteúdos mais complexos que se constituem na base para o seu desenvolvimento durante o Ensino Médio e que representam, ainda, um desafio a ser superado para que seja garantido o direito à educação.

Diante da hipótese, baseada em revisão teórica (DOURADO, 2007; HAMMOND, 2014; SOARES, 2016; LUCE, 2017; BARBOSA; FERNANDES, 2017; CARVALHO, 2018) de que a formação docente é um dos fatores que impactam no processo de aprendizagem e exerce influência sobre o desempenho dos estudantes, é possível afirmar que a formação docente pode ter uma relação positiva com a qualidade da educação.

A qualidade da educação, associada à aprendizagem dos estudantes se reveste de grande importância para diversos setores da atividade humana. Permeia, portanto, a sociedade, exercendo pressão para que o Estado promova a educação formal com uma aprendizagem cada vez maior e com mais equidade. Nesse sentido, a formulação e o monitoramento das políticas educacionais devem levar em consideração os aspectos que podem promover impacto sobre a educação. Segundo Soares (2016, p.86): “[...] são tantos os fatores escolares associados ao desempenho dos alunos que nenhum deles é capaz de garantir, isoladamente, bons resultados escolares”. Contudo, dentre a multiplicidade de fatores que podem produzir algum impacto sobre a aprendizagem, o autor reconhece que: “[...] o efeito de uma escola no aprendizado de seus alunos é em grande parte determinado pelo professor, por seus conhecimentos, seu envolvimento e sua maneira de conduzir as atividades da sala de aula” (SOARES, 2016, p. 91).

As preocupações em relação à qualidade da educação, assim como as críticas em relação à sua efetividade, incluem a discussão sobre a formação docente. Dourado (2007) analisa a qualidade da educação numa perspectiva polissêmica, em que as dimensões intra e extraescolares, bem como os atores individuais e institucionais, são considerados fundamentais à compreensão da realidade escolar com foco na qualidade.

A exigência sobre os educadores, especialmente sobre os professores, tem se tornado cada vez maior. Ensinar, criando condições para que os estudantes aprendam resignificando o conhecimento e sendo capazes de aplicá-lo na resolução de problemas, requer maior preparação, além de capacidade para utilizar diferentes práticas de ensino. Professores sem a formação adequada, muitas vezes, não são capazes de adequar o ensino para que a aprendizagem ocorra, e sequer percebem esta prática como parte do seu trabalho. Assim, tendem a responsabilizar os alunos quando os resultados obtidos não são os almejados. Dessa forma, é possível pensar que, ainda que muitos fatores contribuam para que o aprendizado ocorra, a qualidade do trabalho docente é importante para que o aluno aprenda. Segundo Hammond (2014), países como Alemanha, Bélgica, França e Luxemburgo já perceberam isso e investem no desenvolvimento de seus professores, especialmente em sua formação inicial e continuada, além de remuneração adequada ao trabalho que desenvolvem.

No Brasil, as políticas públicas para formação inicial e continuada de professores ganharam relevância nas últimas décadas, no escopo das transformações sociais, políticas e econômicas e das discussões sobre a melhoria da qualidade do ensino mobilizadas especialmente na década de 80. Esse contexto coincidiu com o processo de redemocratização política do Brasil, o que fez com que as novas legislações, a partir da Constituição Federal de 1988, ressaltassem a necessidade da universalização do acesso e melhora do ensino público

brasileiro como direito fundamental à população e indispensável à construção da autonomia a ao desenvolvimento humano, de modo a possibilitar o exercício da cidadania e a participação na sociedade e no mundo do trabalho. Desta forma, o tema passou a ser pauta de ações e políticas propostas pelo Ministério da Educação (MEC), com destaque para Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996)¹, cujos princípios estão contidos na Constituição Federal. A LDB trouxe a expectativa de que todos os professores da educação básica alcançassem a formação superior, o que não ocorreu, apesar de várias ações do MEC, dentre as quais a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica (2009).²

A partir de 2013, o INEP produziu e disponibilizou o Indicador de Adequação da Formação Docente. A partir dos dados coletados pelo Censo Escolar da Educação Básica³ o indicador passou a classificar os docentes em exercício a partir da formação acadêmica e da disciplina que lecionam. Esta classificação tem como objetivo possibilitar aos sistemas de ensino diferentes intervenções para qualificar o quadro de professores. A discussão acerca da formação de professores é central para estados, municípios e para o país como um todo. Ela envolve todos os atores do sistema educacional na medida em que prescinde do diálogo e da articulação entre a educação básica e a superior. O tema também possui centralidade para a política nacional curricular da educação básica na medida em que a implementação tanto depende quanto influencia a formação docente, pois ambas são estruturantes da qualidade da educação (LUCE, 2017).

Os esforços governamentais não foram suficientes para obter o número necessário de profissionais da educação com formação adequada à suas áreas de atuação em todo o país. Isso evidencia aspectos envolvidos, como os relacionados à desvalorização da profissão docente, à remuneração e aos planos de carreira, conforme apontam Barbosa e Fernandes (2017). Como consequência, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, foi instituído em 2014 com vigência até 2024, para orientar o planejamento e a execução de políticas educacionais e estabelecer diretrizes, objetivos, metas e estratégias que compõe o eixo intitulado: “Valorização dos Profissionais da Educação: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho”. As metas 15, 16, 17 e 18, definem 32 estratégias que abordam questões como formação específica, formação em nível de pós-graduação, valorização profissional e plano de carreira.

O presente artigo encontra-se organizado em três seções. A primeira seção apresenta a metodologia utilizada no estudo. Já na segunda seção são apresentadas as regionais de Caçador e Concórdia, como se configuram geograficamente e administrativamente, os municípios de sua abrangência, bem como a sua dimensão em termos de atendimento educacional. É abordado, ainda, o contexto do estado em relação à política de formação docente e os seus

¹ Sobre a formação de docentes para a educação básica, os artigos 62 e 63 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/1996 (1), dispõem que: “Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica [...]” (BRASIL, 1996).

² Instituída pelo Decreto 8752 de 9/05/2016, a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica buscava atender as metas 15 e 16 do Plano Nacional de Educação de 2014, promovendo de forma compartilhada com Estados e Municípios o atendimento das necessidades de formação inicial e continuada de profissionais das redes e dos sistemas de ensino.

³ O Censo Escolar coleta de informações da educação básica e é coordenado pelo INEP, mas feito com a colaboração de estados e municípios. Ele envolve todas as escolas do país e ocorre em duas etapas: Matrícula Inicial e Situação do Aluno. São coletadas informações sobre os estabelecimentos de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula, além de dados sobre o movimento e rendimento escolar.

indicadores, tais como: número de profissionais em exercício, tipo de vínculo e dependência administrativa e nível de formação acadêmica.

A terceira seção faz um diagnóstico da formação docente nas regionais de educação de Concórdia e Caçador, considerando o Indicador de Adequação da Formação Docente, produzido e disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em relação às taxas de rendimento, dos municípios em sua área de abrangência. Esse contexto contribui para a apresentação e análise dos dados da Formação docente associados ao Rendimento, dos anos finais do ensino fundamental, nas unidades escolares da rede estadual de ensino das regionais foco do estudo, a partir do Plano Estadual de Educação, bem como da política de formação em desenvolvimento nos últimos anos.

2 METODOLOGIA

A análise que se desenvolve neste artigo, se constituiu num esforço de compreensão de um aspecto da realidade educacional catarinense, qual seja, a formação dos docentes que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública estadual, nos municípios que integram as regionais de educação de Concórdia e Caçador, frente aos critérios de adequação estabelecidos pela legislação nacional e consolidados nas metas dos planos educacionais vigentes e sua relação com as taxas rendimento dos estudantes.

Ao tentar estabelecer a relação entre estas duas variáveis (adequação docente e rendimento escolar), o estudo pode ser classificado como descritivo e utiliza dados disponibilizados pelo INEP. Trata-se de um estudo que faz uso de elementos da Estatística Descritiva⁴, contudo, por se tratar de um contexto educacional, foram incorporados elementos que estabeleçam o sentido da relação entre estas variáveis para além da causalidade ou dependência. Buscou-se uma interpretação que possibilite ampliar a visão sobre a questão.

Gatti (2004) chama a atenção para o fato de que até algumas décadas faltava no Brasil uma tradição ou utilização ampla de dados quantitativos na pesquisa educacional e ainda ressalta que muitos dos estudos existentes não são realizados por educadores, mas por pesquisadores de outras áreas, como economistas, físicos, estatísticos, sociólogos, psicólogos, entre outros. A autora explicita que este domínio:

[...] demanda conhecimento dos pressupostos que sustentam cada técnica de análise quantitativa empregada e de seus conseqüentes. Pressupõe um conhecimento do contexto em que os dados foram produzidos e de sua forma de medida e de coleta. Pressupõe um conhecimento amplo e aprofundado da área em que os problemas estudados se situam. Pressupõe, pois, o domínio de teorizações e o conhecimento de seus contornos epistêmicos. Este domínio permite escapar ao uso mecânico de técnicas de análise quantitativa, permite ainda detectar os maus usos dessas técnicas e as distorções de análises. (GATTI, 2004, p. 14)

Gatti (2004) aponta, a partir da análise de estudos realizados no Brasil, que é na área de avaliação educacional que se concentram os estudos quantitativos e onde são utilizados modelos de análise mais complexos. Essas e outras análises têm sido ampliadas na medida em que se muda a percepção sobre a sua validade para a compreensão do fenômeno

⁴ Utilizamos métodos de Estatística Descritiva para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos. As ferramentas são os muitos tipos de gráficos e tabelas e também medidas de síntese como porcentagens, índices e médias. (REIS; REIS, 2002)

educacional, desmistificando representações construídas apenas com base no senso comum, o que contribui para planejamento, administração/gestão da educação e orienta decisões pedagógicas.

A quantidade e a confiabilidade dos dados que se encontram nas bases de dados, como o Censo Escolar da Educação Básica, disponibilizados pelo INEP, também é um fator a ser considerado na discussão de muitas das questões que ganharam visibilidade a partir da ampliação das análises. Barbetta (2011, p. 24) também alerta para o fato de que: “[...] a qualidade da informação depende da qualidade dos dados”, e além disso, chama a atenção para a necessidade de que o pesquisador conheça os princípios básicos das técnicas estatísticas utilizadas para a correta utilização dos resultados.

Sendo assim, a metodologia adotada neste estudo consiste na análise de dados de rendimento que integram a base de dados divulgados pelo INEP, dados esses coletados por meio do levantamento estatístico do Censo Escolar da Educação Básica e que serão relacionados neste estudo ao Indicador de Adequação da Formação Docente. Ele é calculado pelo INEP desde 2013 e avalia a qualificação dos docentes em exercício na Educação Básica a partir da sua formação acadêmica em relação à (s) disciplina (s) que lecionam, considerando os dispositivos legais e normativos relacionados ao tema (BRASILIA, 2014). Já as taxas de rendimento são disponibilizadas pelo mesmo órgão e oferece a consulta em seu site por regiões, unidades da federação, municípios e escola, considerando a localização (urbana ou rural), a dependência administrativa (federal, estadual, municipal ou privada) e o nível de ensino (fundamental ou médio) e série/ano. O indicador também utiliza na sua composição dados do Censo Escolar (formação docentes, turma e disciplina), e são analisados 15 componentes curriculares obrigatórios no Ensino Fundamental e Ensino Médio, quando oferecidos pela escola. Foi estruturado em 5 perfis de regência das disciplinas, sendo o Grupo 1 o que apresenta a relação apropriada entre docência e formação segundo a legislação indicando o cenário mais desejável em relação à Meta 15 do PNE.⁵ No Quadro 1 são apresentados os grupos e a formação correspondente a cada um deles (BRASILIA, 2014, p.05).

Quadro 1 Categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona

| Grupo | Descrição |
|--------------|---|
| Grupo 1 | Docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído. |
| Grupo 2 | Docentes com formação superior de bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica. |
| Grupo 3 | Docentes com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona. |
| Grupo 4 | Docentes com outra formação superior não considerada nas categorias anteriores. |
| Grupo 5 | Docentes que não possuem curso superior completo. |

Fonte: INEP - Nota Técnica Nº 020/2014

As informações utilizadas neste estudo versam sobre as escolas e docentes da rede estadual de ensino – anos finais do Ensino fundamental, dos municípios da área de

⁵ A Meta 15 do PNE prevê que: [...] em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (PNE, 2014).

abrangência das regionais foco do estudo e foram extraídas do banco de dados do Censo Escolar da Educação Básica, com os devidos campos e filtros, a partir da ferramenta TOAD e organizados em planilha Excel. No caso do Indicador de Adequação da Formação Docente os dados foram filtrados no Microsoft Excel, em tabelas disponibilizadas pelo INEP. As informações extraídas referem-se às escolas, turmas, alunos, matrículas e docentes.

Frente às limitações de tempo para as análises, foi definida como população alvo os docentes que atuam nos anos finais das escolas da rede estadual de ensino em duas regionais, dentre as 36 do estado. O parâmetro adotado foi o desempenho das regionais nas taxas de rendimento nos anos de 2016 a 2018. Considerando a média estadual, nos três anos, em cada uma das taxas (abandono, aprovação e reprovação), foi arbitrado um critério que permitisse identificar as regionais a partir do nível de desempenho da rede estadual frente ao que foi considerado adequado e menos adequado em relação às taxas de rendimento, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 Parâmetros para níveis de desempenho por taxa de rendimento

| Média SC/Nível de Desempenho | Desempenho por taxa | | |
|------------------------------|---------------------|----------|-----------|
| | Abandono | Aprovado | Reprovado |
| SC | 0,8 | 89,6 | 9,6 |
| Adequado | <3,0 | >90,0 | <7,0 |
| Menos adequado | >4,0 | <88,0 | >8,0 |

Fonte: Elaboração própria

Após a análise das 36 regionais de educação de Santa Catarina, conforme os critérios apresentados na Tabela 1, chegou-se a cinco regionais, dentre as quais 3 com desempenho menos adequado (Caçador, Lages e Florianópolis) e 2 com desempenho adequado, no período da análise (Concórdia e Itapiranga). Foram escolhidas para integrarem a presente análise, as regionais de Caçador e Concórdia, em função de ambas se situarem no interior do estado e possuírem uma dimensão similar em termos de atendimento (número de municípios e de escolas). Os dados apurados nessa análise estão disponíveis na Tabela 2.

Tabela 2 Taxas de Rendimento escolar nas regionais de ensino com rendimento adequado e menos adequado (2016-2018)

| Gerência/Unidade de Atendimento | Nº MUNICÍPIOS | Rendimento Escolar | | | | | | | | |
|---------------------------------|---------------|--------------------|------|------|----------|------|------|-----------|------|------|
| | | Abandono | | | Aprovado | | | Reprovado | | |
| | | 2016 | 2017 | 2018 | 2016 | 2017 | 2018 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Concórdia | 7 | 2,7 | 1,9 | 2,6 | 90,5 | 93,6 | 90,9 | 6,8 | 4,5 | 6,5 |
| Caçador | 7 | 5,3 | 4,8 | 6,0 | 84,3 | 86,8 | 85,6 | 10,4 | 8,4 | 8,5 |
| Itapiranga | 5 | 1,5 | 1,0 | 1,3 | 94,7 | 95,6 | 94,5 | 3,8 | 3,4 | 4,2 |
| Lages | 12 | 3,7 | 4,3 | 4,3 | 85,3 | 86,3 | 85,2 | 11,0 | 9,4 | 10,5 |
| Grande Florianópolis | 13 | 4,4 | 5,0 | 4,9 | 85,5 | 86,8 | 86,3 | 10,1 | 8,2 | 8,9 |

Fonte: Censo da Educação Básica/SED/2016 a 2018)

A tabela 2 apresenta as cinco regionais que, segundo o critério descrito na tabela 1, se incluem nos parâmetros adequado e menos adequado, em relação às taxas de rendimento

do estado. A regional de Itapiranga, no extremo oeste, apresenta as melhores taxas no período. Contudo por ser a menor regional, abrangendo 5 municípios e com cerca de 1.400 matrículas nos anos finais do ensino fundamental, na rede estadual, foi substituída, para efeito desta análise, pela regional de Concórdia. Da mesma forma, Lages e Florianópolis fazem parte de um grupo reduzido de regionais de grande porte e foram substituídas pela regional de Caçador que, assim como a regional de Concórdia, é de médio porte como a maior parte das regionais no estado.

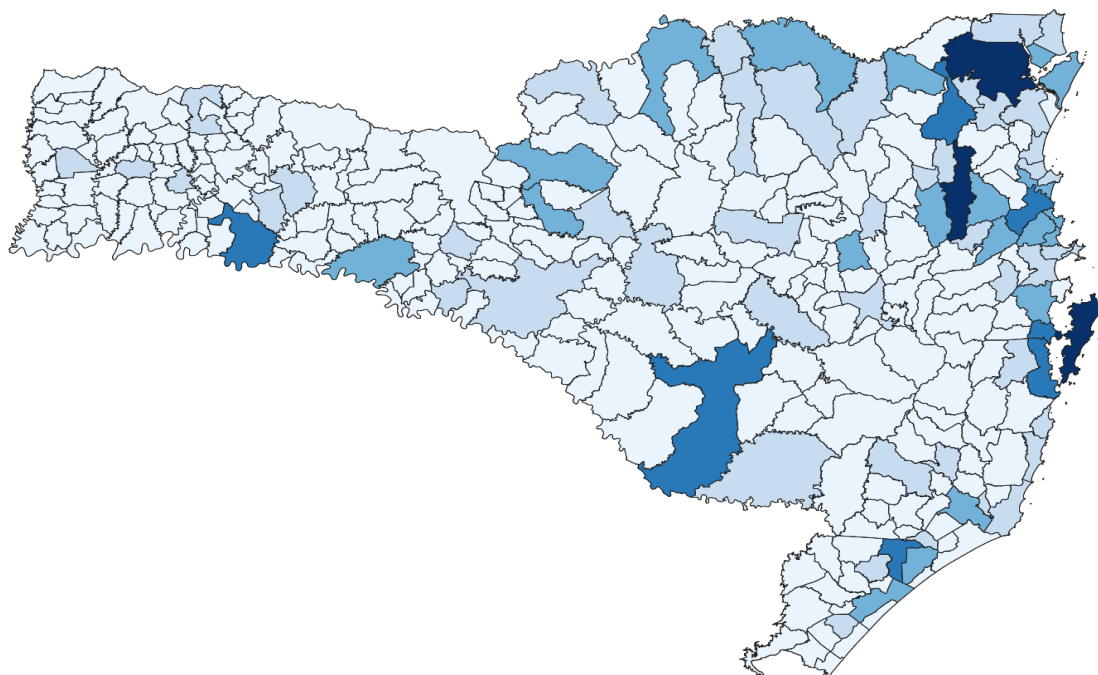
Precedendo a análise, entendemos como necessária uma breve caracterização das regionais e do contexto educacional no estado, até a oferta dos anos finais do ensino fundamental, da rede estadual de ensino nas duas regionais, em relação aos quantitativos de matrículas e docentes. Inicialmente, fez-se uma descrição dos dados para observação das tendências e suas relações com os fatores contextuais, para, em seguida, apresentá-los a luz do objetivo da pesquisa e, com base nisso, procedermos à análise desses dados.

3 CARACTERIZAÇÃO DAS REGIONAIS

Santa Catarina é o menor estado da região Sul do Brasil com um território de 95,4 mil km² e situa-se no centro geográfico das regiões de maior desempenho econômico do país, Sul e Sudeste, em uma posição estratégica no Mercado Comum do Sul (Mercosul). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, o estado teve a sua população estimada em 7.252.502 habitantes, distribuída em 295 municípios, sendo que em 204 municípios a população é de até 15.000 pessoas, não chegando a 5.000 habitantes em 105, segundo informações publicadas pela Secretaria de Estado da Educação (SED). Ou seja, não há grandes concentrações populacionais, as maiores cidades, além de Florianópolis, são Joinville, Blumenau, Itajaí, Balneário Camboriú, Chapecó, Criciúma, Lages e Jaraguá do Sul.

No que se refere à educação, se verifica a mesma tendência em relação às matrículas na Educação Básica, a maioria dos municípios catarinenses tem oferta de até 4000 matrículas, conforme indica o mapa Distribuição das Matrículas em 2019 nos municípios de Santa Catarina. O Mapa 1 apresenta melhor essa distribuição.

Mapa 1 Distribuição das matrículas na Educação Básica, nos municípios de Santa Catarina (2019)



Legenda

| | Total de Municípios | Frequência |
|---------------------|---------------------|------------|
| Até 4.000 | 220 | 74,58% |
| De 4.001 a 12.000 | 46 | 15,59% |
| De 12.001 a 36.000 | 19 | 6,44% |
| De 36.001 a 74.000 | 7 | 2,37% |
| De 74.001 a 130.000 | 3 | 1,02% |
| | 295 | 100,00% |

Fonte: INEP – Censo da Educação Básica

É a rede municipal que concentra o maior número de alunos nessa etapa de ensino, responsável por 49,1% das matrículas, seguida pela rede estadual, com 32,7% (SED, 2020), em todo o estado.

Os estudantes catarinenses foram atendidos na educação básica, em 2019, por cerca de 85.000 docentes, sendo 89,77% com escolaridade de Ensino Superior e a maioria destes profissionais, 71,23%, tem como regime de contratação a situação de concursado/efetivo/estável ou contrato temporário. Na rede estadual o número de contratos temporários ultrapassou nesse ano, em quase o dobro, o número de efetivos.

A formação superior no estado é ofertada em 100 Instituições de Ensino Superior (IES) que fizeram 385.950 matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância em 2019, a maioria (321,007), em instituições privadas. Desde 1965 o estado conta com um processo de interiorização da educação superior, que acompanhou o discurso da descentralização e o contexto político, em que as políticas governamentais colocavam a educação como um dos pontos básicos da infraestrutura necessária a modernização e o desenvolvimento, oportunizando aos jovens permanecerem em suas cidades e gerar riqueza. Essa cobertura, em termos geográficos, não se traduz necessariamente em democratização da

oferta, uma vez que há uma predominância das vagas em instituições privadas/comunitárias. Além disso, há uma tendência de que, para se tornarem “viáveis” do ponto de vista financeiro, estas instituições se instalem em municípios mais populosos e ampliem a oferta da educação à distância, que atualmente quase que se equipara, em termos de distribuição de matrículas, à educação presencial (42,26%) (SED, 2020).

Com a litoralização, atribuída à ausência de políticas regionais de desenvolvimento e à centralização governamental, a ideia de descentralização da gestão governamental, presente a décadas no estado, ganha força a partir de 2003⁶ quando foi implantada a política de descentralização pela Lei Complementar n.243.

A regionalização dos serviços prestados à sociedade repartindo as atribuições e competências dos serviços públicos, incluindo a educação, segundo Silva e Fabris (2017, p.07): “[...] motivada pelas limitações históricas do governo central de SC em atender o interior do estado e pela necessidade, percebida pelos seus protagonistas, do envolvimento de diferentes atores na coprodução do desenvolvimento regional”. Foram criadas estruturas de governo que atuaram como Secretarias até 2015 e que, mesmo com frequentes alterações organizacionais e a retomada da centralização da execução orçamentária, permanecem atuantes, ao menos no que se refere à gestão do sistema estadual de educação. Assumem relevância não só pela dimensão da rede estadual de ensino, que sempre demandou certo nível de atendimento descentralizado, mas também pelo processo de articulação local para a execução de políticas públicas. Atualmente, o estado conta com 36 Coordenadorias Regionais de Educação.

Para facilitar a compreensão sobre as instâncias analisadas neste estudo apresentaremos as regionais de Caçador e Concórdia, em sua configuração geográfica e administrativa, bem como a sua dimensão em termos de atendimento educacional.

3.1. Regional de Concórdia

A regional de ensino de Concórdia leva o nome do município sede e situa-se na Região Oeste do Estado de Santa Catarina. Outros 6 municípios a integram, são eles: Alto Bela Vista, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba e Presidente Castelo Branco.

Na Educação Básica, o total de matrículas nas 20 escolas da rede estadual é de 6.693, sendo que 31,26% deste total, em média, referem-se às matrículas dos anos finais do ensino fundamental. O maior número de turmas e de matrículas nesta etapa da educação básica, encontra-se no município de Concórdia, que concentra o maior número de escolas, 11, seguido de Irani com 2. Dois municípios não possuem escolas da rede estadual: Ipira (somente em 2016) e Piratuba.

Na Tabela 3 é possível verificar o total de matrículas nos anos finais do ensino fundamental e o total de turmas nas escolas da rede estadual dos municípios que integram a Regional de Concórdia entre 2016 e 2018.

⁶ No ano de 2003 a LCP-243 de 30-01-03, estabeleceu nova estrutura administrativa do poder executivo, implantação, descentralização e regionalização da estrutura administrativa. A execução das atividades da administração estadual foi descentralizada e desconcentrada para 29 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) que, além de assumirem boa parte das funções das secretarias centrais/setoriais, foram incumbidas de promover o desenvolvimento de suas regiões

Tabela 3 - Matrículas e turmas da rede estadual por município da regional de ensino Concórdia - Ensino Fundamental Anos Finais (2016-2018)*

| Município | Ano | Total de Turmas | Total de Matrículas |
|----------------------------|-----------------|------------------------|----------------------------|
| Alto Bela Vista | 2016 | 4 | 75 |
| | 2017 | 4 | 83 |
| | 2018 | 4 | 89 |
| Concórdia | 2016 | 69 | 1.355 |
| | 2017 | 66 | 1.316 |
| | 2018 | 74 | 1.401 |
| Ipira** | 2016 | 1 | 22 |
| Irani | 2016 | 14 | 363 |
| | 2017 | 15 | 365 |
| | 2018 | 14 | 352 |
| Peritiba | 2016 | 6 | 128 |
| | 2017 | 6 | 133 |
| | 2018 | 7 | 139 |
| Piratuba*** | Não tem escolas | | |
| Presidente Castello Branco | 2016 | 4 | 103 |
| | 2017 | 4 | 89 |
| | 2018 | 4 | 84 |

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica - SED 2016 , 2017, 2018

* É importante destacar que o mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. Os dados da tabela também não incluem matrículas/turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ademais, o total de turmas dos Anos Finais do Ensino fundamental inclui as turmas do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental de 9 Anos de Ensino Regular e/ou Especial.

** O município de Piratuba não oferta ensino fundamental anos finais, na rede estadual.

*** O município de Ipira não oferta ensino fundamental anos finais, na rede estadual, nos anos de 2017 e 2018

O número de docentes guarda relação com número de turmas e desta forma o maior número de docentes também pertence aos municípios de Concórdia e Irani.

O total de docentes na regional foi de 203, em 2018, sendo que 174 destes profissionais contavam com Ensino Superior e 128 com Pós Graduação. Chama a atenção o número de professores com Ensino Médio lecionando nos Anos Finais de Ensino Fundamental (29) em 2018. Este número é estável ao longo dos três anos e, como este não é o nível de escolaridade requerido para o ingresso por concurso no Quadro de Magistério, é possível afirmar que se relaciona aos profissionais com contrato temporário. Ou seja, 25% dos docentes com contrato temporário possuem a escolaridade de nível médio. Em relação ao tipo de vínculo, o número de professores temporários aumentou em 2018, 28% em relação a 2016 sem que isso altere o quadro em relação ao nível de escolaridade, como pode ser observado nos dados da Tabela 4.

Tabela 4- Quantidade de docentes que atuam nos anos finais do ensino fundamental da rede estadual, por nível de escolaridade e tipo de vínculo, nos municípios da regional de Concórdia (2016-2018) *

| Município | Ano | Total de Docentes | Escolaridade | | Docentes com Pós-Graduação | Tipo de Contratação | |
|----------------------------|------|-------------------|--------------|-----------------|----------------------------|---------------------|---------------------|
| | | | Ensino Médio | Ensino Superior | | Efetivo | Contrato Temporário |
| Alto Bela Vista | 2016 | 11 | 2 | 9 | 7 | 6 | 5 |
| | 2017 | 11 | 1 | 10 | 9 | 5 | 6 |
| | 2018 | 13 | 2 | 11 | 8 | 3 | 10 |
| Concórdia | 2016 | 134 | 22 | 112 | 79 | 76 | 58 |
| | 2017 | 121 | 13 | 108 | 87 | 61 | 60 |
| | 2018 | 142 | 21 | 121 | 88 | 63 | 79 |
| Ipira** | 2016 | 6 | 2 | 4 | 4 | 4 | 2 |
| Irani | 2016 | 28 | 3 | 25 | 12 | 13 | 15 |
| | 2017 | 25 | | 25 | 17 | 12 | 13 |
| | 2018 | 25 | 2 | 23 | 17 | 11 | 14 |
| Perituba | 2016 | 18 | 1 | 17 | 12 | 12 | 6 |
| | 2017 | 16 | 2 | 14 | 11 | 10 | 6 |
| | 2018 | 13 | 3 | 10 | 8 | 6 | 7 |
| Piratuba*** | | - | - | - | - | - | - |
| Presidente Castello Branco | 2016 | 9 | 1 | 8 | 6 | 4 | 5 |
| | 2017 | 9 | 1 | 8 | 8 | 4 | 5 |
| | 2018 | 10 | 1 | 9 | 7 | 3 | 7 |

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica - SED 2016, 2017, 2018

* Os docentes referem-se aos indivíduos que estavam em efetiva regência de classe na data de referência do Censo Escolar, em turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental de 9 anos. No total do município, os docentes são contados uma única vez em cada município, o mesmo docente pode atuar em mais de um município. Os dados da tabela não incluem os docentes de turmas de atividade complementar e de Atendimento Educacional Especializado (AEE). No total da graduação, os docentes são contados uma única vez, independente de possuírem mais de um curso de graduação. O mesmo docente pode ter mais de uma graduação e/ou pós-graduação. O mesmo docente pode ter mais de um vínculo funcional.

** O município de Piratuba não conta com oferta de anos finais do ensino fundamental, na rede estadual

*** O município de Ipira não conta com oferta de anos finais do ensino fundamental, na rede estadual, nos anos de 2017 e 2018.

Os contratos temporários no estado podem ter a duração de até um ano letivo e são realizados com base em regramento específico contido na Lei 16.861, de 28 de dezembro de 2015, que define entre as condições para a admissão: “[...] estar legalmente habilitado para o exercício da função na qual está sendo admitido”, o que abre a possibilidade de admissão de não habilitados quando no caso de inexistência de candidatos às vagas que preencham esta condição. É considerado habilitado “o profissional com formação em licenciatura plena correspondente às áreas específicas do currículo; e não-habilitado o profissional portador de certificado de conclusão do ensino médio ou de bacharelado” (SANTA CATARINA, 2015).

Ocorreram Concursos de Ingresso no Magistério Público Estadual para atuação no cargo de Professor em 2012 e 2017 e ainda assim, o número de contratos temporários não foi reduzido, muito provavelmente porque estes contratos destinam-se à substituição dos professores titulares afastados. Ou seja, os docentes preparados para o exercício do magistério vêm sendo substituídos, em muitos casos, por professores sem a devida qualificação. Esta é possivelmente uma realidade que se configura em outras regionais, por todo o estado e que merece atenção.

A seguir passaremos a descrever o atendimento educacional da regional de Caçador, em termos de totais de matrículas, turmas e quantidade de docentes, por nível de escolaridade e tipo de vínculo, nas unidades de ensino da rede estadual que ofertam os anos finais do ensino fundamental, dos municípios de sua área de abrangência.

3.2. Regional de Caçador

A regional leva o nome do município sede, Caçador e situa-se na Região do Meio-Oeste, no Alto Vale do Rio do Peixe e tem como principais atividades econômicas a agricultura e estabelecimentos industriais, que utilizam a madeira como matéria prima. Outros 6 seis municípios integram a regional: Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas e Timbó Grande.

Na Educação Básica da rede estadual, o total de matrículas nas 19 escolas é de 8.765, sendo que 41,52% deste total, referem-se às matrículas dos anos finais do ensino fundamental. Na Tabela 6 é possível verificar o total de turmas e de matrículas nos anos finais do ensino fundamental, nas escolas da rede estadual dos municípios que integram a Regional de Caçador entre 2016 e 2018.

O maior número de turmas e de matrículas nesta etapa da educação básica, encontra-se no município sede da regional, que concentra o maior número de escolas, 9, seguido por Lebon Régis. O município de Rio das Antas, não possui escolas com oferta nos Anos Finais do Ensino Fundamental. O número de turmas e de matrículas na regional de Caçador, é superior ao da regional de Concórdia.

Tabela 5 - Matrículas e turmas da rede estadual por município da regional de ensino Caçador - Ensino Fundamental Anos Finais (2016-2018)*

| Município | Ano | Total de Turmas | Total de Matrículas |
|---------------|-----------------|-----------------|---------------------|
| Caçador | 2016 | 106 | 2.969 |
| | 2017 | 103 | 2.753 |
| | 2018 | 104 | 2.620 |
| Clamon | 2016 | 9 | 247 |
| | 2017 | 10 | 250 |
| | 2018 | 8 | 205 |
| Lebon Régis | 2016 | 32 | 713 |
| | 2017 | 30 | 752 |
| | 2018 | 29 | 683 |
| Macieira | 2016 | 4 | 82 |
| | 2017 | 4 | 80 |
| | 2018 | 4 | 72 |
| Matos Costa | 2016 | 9 | 247 |
| | 2017 | 8 | 228 |
| | 2018 | 8 | 219 |
| Rio das Antas | Não tem escolas | | |
| Timbó Grande | 2016 | 7 | 179 |
| | 2017 | 7 | 145 |
| | 2018 | 5 | 95 |

* É importante destacar que o mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula. Os dados da tabela também não incluem matrículas/turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ademais, o total de turmas dos Anos Finais do Ensino fundamental inclui as turmas do 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental de 9 Anos de Ensino Regular e/ou Especial.

** O município de Rio das Antas não oferta ensino fundamental anos finais, na rede estadual.

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica - SED 2016 , 2017, 2018

O maior número de docentes também pertence aos municípios de Caçador e Lebon Régis que concentram o maior número de turmas ao longo de período analisado. Em 2018, o total de docentes na regional de Caçador foi de 302, sendo que 266 destes profissionais contavam com Ensino Superior (88%) e 195 com Pós-Graduação, proporcionalmente a quantidade de docentes com Ensino Superior se equivale nas duas regionais.

O número de professores com Ensino Médio lecionando nos Anos Finais de EF (36), em 2018, é superior ao da regional de Concórdia. Contudo, em relação ao número de professores com contrato temporário, este número equivale a 20% do total destas contratações, enquanto que em Concórdia esta proporção é maior, chegando a 25% em 2018. Este número é estável ao longo dos três anos, em ambas as regionais, como pode ser observado nos dados da Tabela 6.

Tabela 6- Quantidade de docentes que atuam nos anos finais do ensino fundamental da rede estadual, por nível de escolaridade e tipo de vínculo, nos municípios da regional de Caçador (2016-2018)*

| Município | Ano | Total de Docentes | Escolaridade | | Docentes com Pós-Graduação | Tipo de Contratação | |
|-----------------|------|-------------------|--------------|-----------------|----------------------------|---------------------|---------------------|
| | | | Ensino Médio | Ensino Superior | | Efetivo | Contrato Temporário |
| Caçador | 2016 | 187 | 22 | 165 | 102 | 109 | 78 |
| | 2017 | 183 | 20 | 163 | 118 | 91 | 92 |
| | 2018 | 197 | 21 | 176 | 132 | 92 | 105 |
| Calmon | 2016 | 18 | 1 | 17 | 15 | 7 | 11 |
| | 2017 | 20 | 6 | 14 | 11 | 5 | 15 |
| | 2018 | 17 | 4 | 13 | 9 | 3 | 14 |
| Lebon Régis | 2016 | 49 | 11 | 38 | 21 | 15 | 34 |
| | 2017 | 47 | 3 | 44 | 35 | 15 | 32 |
| | 2018 | 50 | 5 | 45 | 35 | 14 | 36 |
| Macieira | 2016 | 11 | 5 | 6 | 5 | 5 | 6 |
| | 2017 | 7 | 1 | 6 | 6 | 5 | 2 |
| | 2018 | 9 | 1 | 8 | 6 | 4 | 5 |
| Matos Costa | 2016 | 15 | 1 | 14 | 10 | 7 | 8 |
| | 2017 | 14 | 3 | 11 | 9 | 5 | 9 |
| | 2018 | 18 | 3 | 15 | 7 | 3 | 15 |
| Rio das Antas** | | - | - | - | - | - | - |
| Timbó Grande | 2016 | 16 | 5 | 11 | 8 | 5 | 11 |
| | 2017 | 13 | 3 | 10 | 10 | 3 | 10 |
| | 2018 | 11 | 2 | 9 | 6 | 2 | 9 |

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica - SED 2016, 2017, 2018

* Os docentes referem-se aos indivíduos que estavam em efetiva regência de classe na data de referência do Censo Escolar, em turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental de 9 anos. No total do município, os docentes são contados uma única vez em cada município, o mesmo docente pode atuar em mais de um município. Os dados da tabela não incluem os docentes de turmas de atividade complementar e de Atendimento Educacional Especializado (AEE). No total da graduação, os docentes são contados uma única vez, independente de possuírem mais de um curso de graduação. O mesmo docente pode ter mais de uma graduação e/ou pós-graduação. O mesmo docente pode ter mais de um vínculo funcional.

** O município de Rio das Antas não conta com oferta de anos finais do ensino fundamental, na rede estadual

O número de professores temporários aumenta em 2018, cerca de 24,32% em relação a 2016, enquanto que o aumento verificado em Concórdia foi de 28%. As duas

regionais se equiparam em relação ao nível de escolaridade e ao tipo de vínculo dos profissionais, ambas mantiveram a mesma tendência de aumento de contratos temporários com um nível de escolaridade abaixo do desejável para esta etapa da Educação Básica.

A partir destas informações pretendemos seguir analisando a formação docente nestas duas regionais em relação à qualidade da educação, representada pelos indicadores de rendimento.

4. ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE E RENDIMENTO ESCOLAR

Com esta análise não se pretende reduzir a perspectiva de qualidade em educação à uma única dimensão, a dimensão interescolar, simplificando o fenômeno educacional ao supor uma relação de causa e efeito entre um único fator relacionado a docência (a formação) e o rendimento escolar, compreendido a partir das taxas de aprovação, reprovação e abandono. Antes pelo contrário, a restrição a estes elementos foi utilizada para refletir sobre as possíveis relações entre estes indicadores a partir dos inúmeros elementos que contribuem para a sua configuração e dos indicadores, para a composição do cenário que integra a qualidade da educação, no contexto das duas regionais de ensino. Longe de se estabelecer um juízo acerca do que é desejável em termos de qualidade para uma região, buscamos problematizar alguns dos fatores que apontam para a construção de uma educação de qualidade subsidiando a discussão de políticas públicas, considerando as experiências nos níveis locais de gestão no estado.

Tomamos como referência o conceito de qualidade a partir de uma perspectiva multifatorial e polissêmica “envolvendo as condições intra e extra-escolares, bem como os diferentes atores individuais e institucionais”, identificada como uma discussão que:

[...] implica o mapeamento dos diversos elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis ao processo educativo, tendo em vista a produção, organização, gestão e disseminação de saberes e conhecimentos fundamentais ao exercício da cidadania e, sobretudo, a melhoria do processo ensino-aprendizagem. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007)

No que se refere a dimensão intraescolar, a análise da qualidade se organiza a partir de quatro níveis, segundo Dourado e Oliveira (2009): condições de oferta do ensino; gestão e organização do trabalho escolar; formação, profissionalização e ação pedagógica; e, ainda, acesso permanência e desempenho escolar. É esperado que a escola, no limite de suas possibilidades, exerça a sua capacidade de fazer a gestão destes fatores, ampliando sua capacidade de oportunizar que os jovens aprendam. Assim, em um processo educacional de qualidade, é desejável o aumento da aprovação atingindo melhores índices de aprendizado, por meio de professores melhor qualificados e é, a partir deste entendimento, que realizamos análise a seguir.

No que se refere ao direito à educação é necessário que este se efetive por meio de oportunidades educacionais para todos, o que ainda não tem ocorrido no estado, apesar do bom desempenho em relação aos indicadores educacionais, se comparado ao cenário nacional. O abandono e a reprovação ainda hoje se constituem em obstáculos à qualidade no estado e, em certa medida confirmam desigualdades regionais internas ao sistema educacional catarinense assim como ocorre no país como um todo.

Em relação as regionais de Concórdia e Caçador essa desigualdade é percebida ao compararmos as tabelas 7 e 8. A regional de Caçador, tem maiores taxas de reprovação e

abandono que a regional de Concórdia e supera as taxas do estado, nos anos de 2016 a 2018, que é em média de 9,6 e 0,8 respectivamente.

As taxas de reprovação e abandono nesta regional são melhores que as taxas do Estado, em todos os municípios, exceto no município de Irani que aprovou menos. O município tem as maiores taxas de reprovação e abandono da regional, superando a taxa média do Estado.

A aprovação é superior a 90% na maioria deles, chegando a 97,1 em Peritiba. O abandono foi inexistente durante o período de 2016 a 2018, em Alto Bela Vista e Presidente Castelo Branco e próxima de zero nos demais municípios. O município de Ipira, que em 2016, teve apenas uma turma com 22 alunos nos anos finais do Ensino Fundamental, conseguiu aprovar apenas 70% de estudantes. Nos anos seguintes (2017 e 2018) a rede estadual deixou de ofertar esta etapa de ensino no município.

As taxas de rendimento na regional de Concórdia podem ser visualizadas na Tabela 7, abaixo.

Tabela 7 - Taxas de Rendimento – Anos Finais do Ensino Fundamental da rede estadual nos municípios da regional de educação de Concórdia (2016-2018)

| MUNICÍPIO | ANO | Aprovação | Reprovação | Abandono |
|---------------------------|------|-----------|------------|----------|
| Alto Bela Vista | 2016 | 93,2 | 6,8 | 0 |
| | 2017 | 96,3 | 3,7 | 0 |
| | 2018 | 92,1 | 7,9 | 0 |
| Concórdia | 2016 | 92,9 | 6,8 | 0,3 |
| | 2017 | 94,7 | 5,1 | 0,2 |
| | 2018 | 92,6 | 7,2 | 0,2 |
| Ipira | 2016 | 70 | 30 | 0 |
| | 2017 | -- | -- | -- |
| | 2018 | -- | -- | -- |
| Irani | 2016 | 84,8 | 14,1 | 1,1 |
| | 2017 | 83,9 | 14,5 | 1,6 |
| | 2018 | 83,7 | 15,7 | 0,6 |
| Peritiba | 2016 | 92,8 | 7,2 | 0 |
| | 2017 | 97 | 2,3 | 0,7 |
| | 2018 | 97,1 | 2,9 | 0 |
| Piratuba | 2016 | -- | -- | -- |
| | 2017 | -- | -- | -- |
| | 2018 | -- | -- | -- |
| Presidente Castello Braco | 2016 | 97 | 3 | 0 |
| | 2017 | 98,9 | 1,1 | 0 |
| | 2018 | 95,2 | 4,8 | 0 |

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica - SED 2016, 2017, 2018

Na regional de Caçador as taxas de reprovação e abandono oscilam em todos os municípios e ao longo dos anos. O município de Macieira teve boas taxas de aprovação em 2016 e 2017 e é o único município da regional que não registrou abandono no período todo, mas aumentou a reprovação de 5,7 em 2016, para 14,3 neste último ano. Da mesma forma, Matos Costa e Timbó Grande passaram a aprovar menos em 2018, Matos Costa reprovou mais e Timbó Grande registrou 11,8 de abandono.

A reprovação é mais alta em Caçador, Matos Costa e Calmon sendo que neste último, também é alto o abandono. Contudo, Caçador e Calmon, reduziram a reprovação em 2018, assim como Lebon Régis que reduziu a taxa em dois terços, o que pode ser confirmado pelas informações sobre as taxas de rendimento da Regional de Caçador que constam da tabela 8.

Tabela 8 - Taxas de Rendimento – Anos finais do ensino fundamental da rede estadual nos municípios da regional de educação de Caçador - 2016 a 2018

| MUNICÍPIO | ANO | Aprovação | Reprovação | Abandono |
|---------------|------|-----------|------------|----------|
| Caçador | 2016 | 74,8 | 22,2 | 3 |
| | 2017 | 83,4 | 14,3 | 2,3 |
| | 2018 | 81,5 | 16,3 | 2,2 |
| Calmon | 2016 | 73 | 27 | 0 |
| | 2017 | 78,7 | 13,6 | 7,7 |
| | 2018 | 81,7 | 13,9 | 4,4 |
| Lebon Régis | 2016 | 79,7 | 15,7 | 4,6 |
| | 2017 | 90,7 | 5,4 | 3,9 |
| | 2018 | 89,6 | 5,2 | 5,2 |
| Macieira | 2016 | 94,3 | 5,7 | 0 |
| | 2017 | 91,6 | 8,4 | 0 |
| | 2018 | 85,7 | 14,3 | 0 |
| Matos Costa | 2016 | 81,4 | 18,2 | 0,4 |
| | 2017 | 82,7 | 11,8 | 5,5 |
| | 2018 | 77,8 | 21,7 | 0,5 |
| Rio das Antas | 2016 | -- | -- | -- |
| | 2017 | -- | -- | -- |
| | 2018 | -- | -- | -- |
| Timbó Grande | 2016 | 89,8 | 10,2 | 0 |
| | 2017 | 92,8 | 6,5 | 0,7 |
| | 2018 | 83,9 | 4,3 | 11,8 |

Fonte: INEP - Censo Escolar da Educação Básica - SED 2016, 2017, 2018

Em relação à adequação da formação docente, os percentuais nos municípios da área de abrangência da regional de Concórdia não se diferenciam tanto no contexto da regional como um todo.

No Estado, o percentual de adequação da formação docente no Grupo 1 é de 65,2 em 2016, 60,4 em 2017 e 58,0 em 2018. Nos municípios da regional os percentuais no Grupo

1 são inferiores aos percentuais de adequação no estado em todos os anos do período, exceto em Irani e Presidente Castelo Branco, que registraram aumento da adequação em 2018 se igualando ou superando a média do estado.

A tabela 9 sintetiza os percentuais de docentes por grupo do indicador onde pode-se verificar que há percentuais significativos de docentes nos grupos 3 e 5, chegando em alguns casos, se somados, a superar o percentual no Grupo 1.

Tabela 9 Percentual de docentes, por grupo do indicador de adequação da formação docente nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede estadual nos municípios da regional de educação de Concórdia (2016 a 2018)

| MUNICÍPIOS | ANO | Percentual de docentes por grupo de adequação da formação à disciplina que leciona e etapa/modalidade de ensino | | | | |
|---------------------------|------|---|---------|---------|---------|---------|
| | | Grupo 1 | Grupo 2 | Grupo 3 | Grupo 4 | Grupo 5 |
| Alto Bela Vista | 2016 | 40,8 | 0,0 | 44,9 | 8,2 | 6,1 |
| | 2017 | 57,1 | 0,0 | 34,7 | 0,0 | 8,2 |
| | 2018 | 55,2 | 0,0 | 22,4 | 0,0 | 22,4 |
| Concórdia | 2016 | 56,9 | 0,0 | 28,0 | 0,7 | 14,4 |
| | 2017 | 57,9 | 0,0 | 32,5 | 1,7 | 7,9 |
| | 2018 | 54,5 | 0,0 | 33,1 | 0,5 | 11,9 |
| Ipira | 2016 | 44,4 | 0,0 | 33,3 | 0,0 | 22,3 |
| | 2017 | -- | -- | -- | -- | -- |
| | 2018 | -- | -- | -- | -- | -- |
| Irani | 2016 | 47,7 | 0,0 | 38,6 | 0,0 | 13,7 |
| | 2017 | 55,6 | 0,0 | 44,4 | 0,0 | 0,0 |
| | 2018 | 58,0 | 0,0 | 37,7 | 0,0 | 4,3 |
| Peritiba | 2016 | 52,7 | 0,0 | 40,9 | 0,0 | 6,4 |
| | 2017 | 45,1 | 0,0 | 47,6 | 0,0 | 7,3 |
| | 2018 | 46,9 | 0,0 | 26,0 | 0,0 | 27,1 |
| Piratuba | 2016 | -- | -- | -- | -- | -- |
| | 2017 | -- | -- | -- | -- | -- |
| | 2018 | -- | -- | -- | -- | -- |
| Presidente Castelo Branco | 2016 | 33,3 | 0,0 | 64,4 | 0,0 | 2,3 |
| | 2017 | 55,6 | 0,0 | 38,9 | 0,0 | 5,5 |
| | 2018 | 63,9 | 0,0 | 25,0 | 0,0 | 11,1 |

Fonte: INEP – Indicadores Educacionais 2016, 2017, 2018

* O docente é contabilizado em cada turma e disciplina que leciona

** Inclui os professores responsáveis pela regência de classe e os professores responsáveis pela regência de módulo ou disciplina de turma desenvolvida em curso de modalidade de educação a distância.

*** O indicador classifica o docente segundo a adequação de sua formação inicial a cada disciplina que leciona na educação básica, levando-se em conta as normatizações legais vigentes (nacionais). A tabela apresenta o percentual de docências na respectiva unidade da agregação classificadas em cada uma das categorias do indicador

O município de Irani reduziu o percentual de professores no Grupo 5, e aumentou no Grupo 1 o que significa que ao longo deste período a Adequação da formação ficou maior, contudo, isso não se refletiu diretamente em taxa de reprovação menor, em 2018. Somados os percentuais nos Grupos 3 e 5, ainda é alta a taxa de docentes sem a formação esperada.

O município de Presidente Castelo Branco, conseguiu elevar de forma significativa o nível de adequação dos docentes, passando de 33,7% em 2016, para 63,9% em 2018, assim como também aumentou para 11% o percentual de docentes no Grupo 5, um percentual 5 vezes maior que em 2016. A taxa de reprovação aumentou em relação aos anos anteriores, entretanto, ainda assim a aprovação neste município em 2018 é a segunda mais alta da regional (95%) e bastante superior a taxa do estado. O município é quem acumula os maiores percentuais de aprovação durante todo o período, seguido de Peritiba.

O município de Peritiba mantém elevada a taxa de aprovação (95,63% em média) ao longo dos três anos, apesar de ter reduzido a adequação docente que chegou a 27,1% no Grupo 5. Nesse município, assim como em Presidente Castelo Branco e Alto Bela Vista, houve uma redução do percentual no Grupo 3 (com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona), em 2018.

Em Alto Bela Vista ainda que se mantenha grande o grupo de professores sem habilitação correspondente à disciplina que leciona, houve um avanço em relação à 2016 quando o percentual deste grupo superava o do Grupo 1. As taxas de aprovação também são elevadas acompanhando a tendência da regional.

Em 2018 o município de Concórdia também reduziu o percentual de adequação. O município sede da regional, que tem o maior número de escolas, tem também um percentual de não habilitados que praticamente se equivale ao de professores com a habilitação adequada (Grupo 1). Em relação às taxas de rendimento, a aprovação é alta, com uma média nos três anos de 93,40%, a quarta mais alta na regional.

O município de Ipira, que registrou a oferta de anos finais do ensino fundamental apenas em 2016, tinha à época única turma com mais da metade (55,6%), sem a formação adequada e teve o percentual de aprovação mais baixo da regional, 70%.

Assim, ainda que a regional de Concórdia possa ter taxas de rendimento mais adequadas em relação à outras regionais do estado, no que se refere ao indicador de adequação apresenta percentual menor que o estadual, quanto à formação requerida nesta etapa da educação básica, representada pelo Grupo 1. Este fato pode indicar que, além da multiplicidade de fatores que atuam sobre o aprendizado, há diferentes possibilidades de olhar para a questão da formação docente e do desempenho do professor, para além da sua formação inicial.

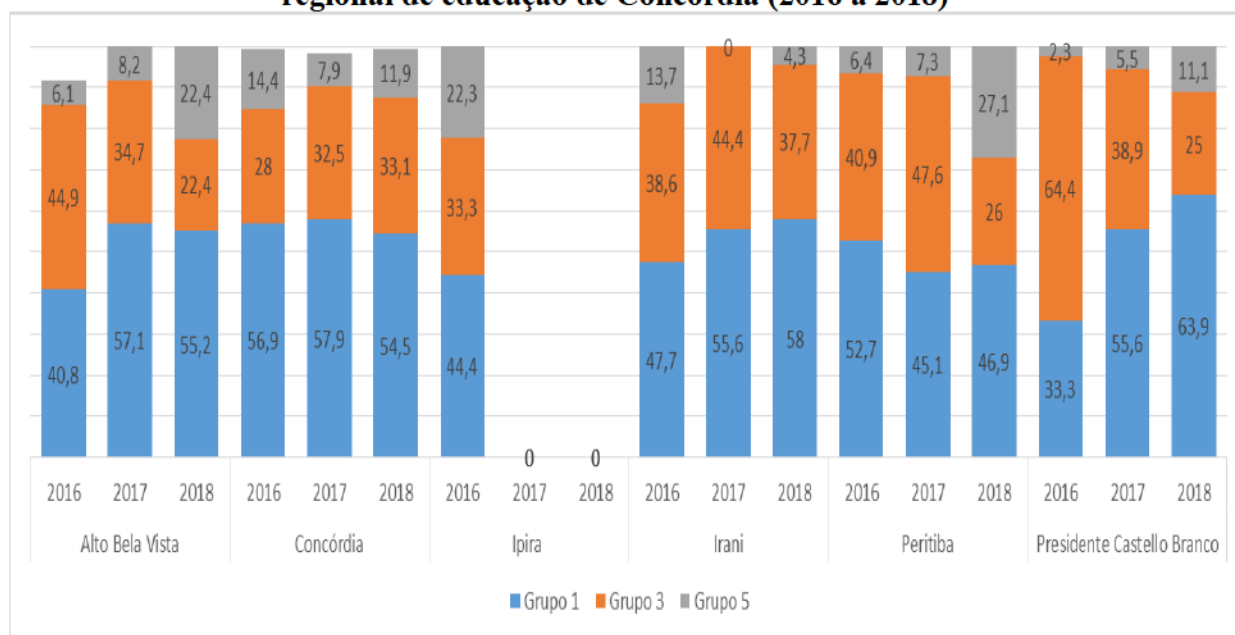
No que se refere aos grupos de adequação à formação docente, conforme os dados da Tabela 9, os maiores percentuais de docentes dessa regional de educação se concentram nos Grupos 1 e 3, mas também é significativo o percentual no Grupo 5. Prevaecem os professores com ensino superior na mesma área em que atuam, considerados pelo estado de Santa Catarina, “habilitados” para atuar na rede estadual de ensino.

O percentual de docentes no Grupo 3 (com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona) contudo, é significativo e se equivale, em alguns municípios, aos percentuais verificados no Grupo 1. Somados os percentuais do Grupo 3 e Grupo 5 podem ultrapassar os valores verificados em relação ao Grupo 1, o que torna o cenário um tanto distante do desejável em relação à adequação da formação docente.

Não se percebe ao longo do período analisado uma tendência de aumento da adequação da formação, já que a elevação dos percentuais no Grupo 1 é pequena e não parece

guardar relação com uma redução nos grupos 3 e 5. Nos municípios de Alto Bela Vista, Peritiba e Presidente Castelo Branco houve aumento no grupo de docentes sem curso superior completo (Grupo 5) em 2018, o que pode estar relacionado com o aumento de contratos temporários, conforme anteriormente apresentado na Tabela 4. Esta evolução do indicador pode ser melhor entendida a partir do Gráfico 1.

Gráfico 1- Percentual de docentes, por grupo do indicador de adequação da formação docente nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede estadual nos municípios da regional de educação de Concórdia (2016 a 2018)



Fonte: INEP – Indicadores Educacionais 2016, 2017, 2018

No que se refere ao perfil dos profissionais na regional de Caçador, os maiores percentuais de docentes dessa regional de educação, assim como na regional de Concórdia, se concentram nos Grupos 1 e 3. Desta forma, ainda que em proporção menor que na região de Concórdia, prevalecem os professores com ensino superior, seja em licenciatura na mesma área que atuam e, portanto, “habilitados” para atuar na rede estadual de ensino, ou licenciatura em área diferente, ou bacharelado e complementação pedagógica concluída em área diferente, conforme os dados da Tabela 8.

Tabela 8 - Percentual de docentes, por grupo do indicador de adequação da formação docente nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede estadual nos municípios da regional de educação de Caçador (2016 a 2018)

| MUNICÍPIOS | ANO | Percentual de docentes por grupo de adequação da formação à disciplina que leciona e etapa/modalidade de ensino | | | | |
|---------------|------|---|---------|---------|---------|---------|
| | | Grupo 1 | Grupo 2 | Grupo 3 | Grupo 4 | Grupo 5 |
| Caçador | 2016 | 58,3 | 0,0 | 30,8 | 0,2 | 10,7 |
| | 2017 | 56,8 | 0,0 | 32,4 | 0,7 | 10,1 |
| | 2018 | 54,6 | 0,0 | 33,9 | 0,4 | 11,1 |
| Calmon | 2016 | 53,3 | 0,0 | 40,0 | 0,0 | 6,7 |
| | 2017 | 61,6 | 0,0 | 10,1 | 0,0 | 28,3 |
| | 2018 | 34,3 | 0,0 | 36,1 | 8,3 | 21,3 |
| Lebon Régis | 2016 | 50,1 | 0,0 | 36,8 | 0,0 | 13,1 |
| | 2017 | 52,4 | 0,0 | 44,1 | 0,0 | 3,5 |
| | 2018 | 55,2 | 0,0 | 38,3 | 0,0 | 6,5 |
| Macieira | 2016 | 22,5 | 0,0 | 16,9 | 0,0 | 60,6 |
| | 2017 | 34,9 | 0,0 | 36,5 | 0,0 | 28,6 |
| | 2018 | 39,6 | 0,0 | 49,1 | 0,0 | 11,3 |
| Matos Costa | 2016 | 59,3 | 0,0 | 37,0 | 0,0 | 3,7 |
| | 2017 | 42,7 | 0,0 | 47,0 | 0,0 | 10,3 |
| | 2018 | 34,0 | 0,0 | 49,7 | 0,0 | 16,3 |
| Rio das Antas | 2016 | -- | -- | -- | -- | -- |
| | 2017 | -- | -- | -- | -- | -- |
| | 2018 | -- | -- | -- | -- | -- |
| Timbó Grande | 2016 | 48,1 | 0,0 | 20,3 | 0,0 | 31,6 |
| | 2017 | 71,4 | 0,0 | 11,1 | 0,0 | 17,5 |
| | 2018 | 76,0 | 0 | 18,0 | 0,0 | 6,0 |

Fonte: INEP – Indicadores Educacionais 2016, 2017, 2018

* O docente é contabilizado em cada turma e disciplina que leciona

** Inclui os professores responsáveis pela regência de classe e os professores responsáveis pela regência de módulo ou disciplina de turma desenvolvida em curso de modalidade de educação a distância.

*** O indicador classifica o docente segundo a adequação de sua formação inicial a cada disciplina que leciona na educação básica, levando-se em conta as normatizações legais vigentes (nacionais). A tabela apresenta o percentual de docências na respectiva unidade da agregação classificadas em cada uma das categorias do indicador

O percentual de docentes no Grupo 3 (com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona) é significativo, e merecem atenção da rede já que pode indicar a falta de profissionais habilitados para áreas específicas. Também é elevado o percentual de professores no Grupo 5 e bastante superior aos percentuais da regional de Concórdia em relação a este grupo, chamando atenção em alguns municípios como Macieira, Calmon e Timbó Grande.

Neste grupo os percentuais variam bastante entre os anos e em pelo menos dois municípios esta variação é negativa em relação a 2016. Em Matos Costa e Calmon em 2018,

houve redução nos percentuais do Grupo 1, para valores abaixo dos 40%. Em Calmon a taxa de aprovação se manteve em elevação mesmo com a grande queda na taxa de habilitados que ocorreu neste ano, mas o mesmo não aconteceu em Matos Costa, a taxa de professores no Grupo 1 foi decrescente ao longo do período e a taxa de aprovação acompanhou, sendo a menor da regional em 2018. Em 2017 os dois municípios somam a maior taxa de abandono na regional.

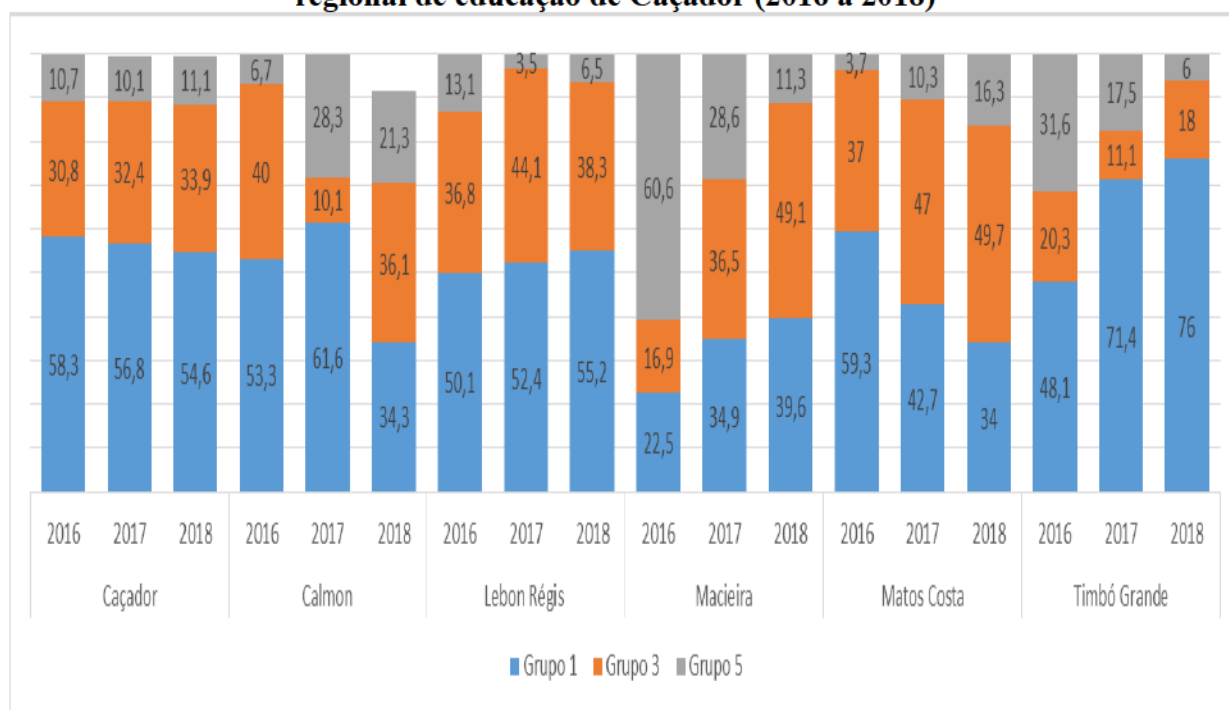
Contrariando as expectativas, em relação à associação entre rendimento escolar e formação adequada, o município de Macieira, que tem os percentuais mais baixos de adequação, tem as melhores taxas de rendimento da regional ao longo dos três anos, ultrapassando a média do estado. Entretanto, o município foi o que mais reduziu a taxa de professores não habilitados, que passou de 60,6% em 2016 para 11,3% em 2018.

Da mesma forma, em menor proporção, o município de Timbó Grande conseguiu reduzir em 2018, para 6% o percentual de não habilitados que em 2016 era de 31,6%. O município, diferentemente de Macieira, conseguiu ampliar também percentual de docentes no Grupo 1 de forma significativa entre os anos de 2016 e 2017 mantendo boas taxas de rendimento, mas registrou o maior abandono em 2018, 11,8%.

Em Caçador e Lebon Régis não houve grande alteração em relação ao indicador de adequação no Grupo 1. Em 2017 Lebon Régis reduziu drasticamente a quantidade de professores no Grupo 5, elevando-se as taxas de rendimento com o aumento da aprovação, de 79,7% para 90,7%, e redução no abandono, de 4,6% para 3,9%.

Ao contrário do que ocorre na regional de Concórdia se verifica em Caçador uma melhora da adequação da formação, ao longo do período analisado, não tanto pelo aumento do percentual de docentes no Grupo 1, mais pela redução dos professores sem nível superior, conforme se observa no Gráfico 1 que compara a evolução do indicador em todos os municípios da regional.

Gráfico 2- Percentual de docentes, por grupo do indicador de adequação da formação docente nos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede estadual nos municípios da regional de educação de Caçador (2016 a 2018)



Fonte: INEP – Indicadores Educacionais 2016, 2017, 2018

O desafio da busca por equidade em relação ao direito à educação com qualidade amplia a demanda por professores cada vez mais qualificados profissionalmente e em permanente aperfeiçoamento. Segundo Carvalho (2018) o processo de formação docente implica em “múltiplas dimensões” que envolvem “capacidades que combinam conhecimentos com comportamentos sociais” (p.35). O autor indica ainda que a titulação adequada, por si só não assegura que o profissional esteja qualificado para a docência, “se lhe faltar preparo nas técnicas de ensino; ou se o curso em que se preparou tiver sido de baixa qualidade; ou se os conteúdos que aprendeu não estiverem alinhados com os conteúdos curriculares da escola” e considera como uma possibilidade o contrário, “um professor sem bom conteúdo pode ser um profissional eficaz quando lhe compete uma boa prática pedagógica, num contexto em que os conteúdos estejam ao seu alcance” (p.38), atribuindo também, relevância às características individuais não observáveis.

O estudo de Hammond (2014) contudo indica, que professores preparados para ensinar são mais bem-sucedidos e confiantes, segundo a autora:

Mesmo que todos concordem que há habilidades e conhecimento desejáveis num professor, muita gente acredita que qualquer um pode ensinar ou, pelo menos, que saber um determinado conteúdo é suficiente para que alguém ensine bem. Outros acreditam que se aprende melhor a ensinar, se é que pode ser aprendido, por tentativa e erro na prática do trabalho. As evidências sugerem decididamente o contrário. A revisão de pesquisas realizadas nos últimos 30 anos concluiu que, mesmo com os defeitos do atual sistema de formação e certificação de professores, aqueles amplamente preparados e certificados obtêm, em geral, melhores resultados e são mais bem-sucedidos com os alunos do que os professores sem esse tipo de preparação. (HAMMOND, 2014, p.232)

No Brasil, as políticas públicas com foco em formação inicial e continuada, integram as preocupações e esforços para a melhoria da educação envolvendo recursos consideráveis nos últimos anos e segue como um grande desafio. Santa Catarina tem aderido a todos os Programas Federais com foco em formação e que integram a Política Nacional para Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, desde o seu início. Além disso, o estado mantém, desde o ano de 2012, a Política de Formação Continuada para as redes públicas do estado, instituída por meio do Decreto 915/2012 que estabelece no Art. 2º:

- I – a formação continuada para todos os profissionais da Educação das redes públicas de ensino, como um dos elementos estratégicos para a consolidação da qualidade social da escola;
- II – a articulação entre teoria e prática no processo de desenvolvimento da formação continuada, visando à crescente ampliação dos conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais, pedagógicos e de gestão dos profissionais da Educação, de modo integrado ao cotidiano da escola pública;
- III – a formação continuada entendida como direito e componente essencial da valorização dos profissionais da Educação, vinculada às políticas de estímulo à profissionalização, jornada única, progressão na carreira, dedicação exclusiva no magistério, melhoria das condições de remuneração e garantia de condições adequadas de trabalho;
- IV – a articulação entre formação inicial, formação continuada e profissionalização docente, objetivando a qualificação da docência e da gestão escolar nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica;
- V – a colaboração constante entre a SED, secretarias municipais de Educação, MEC e instituições de Ensino Superior públicas e comunitárias na

consecução dos objetivos da Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação das redes públicas de ensino; e
VI – a equidade no acesso e na oferta da formação continuada, buscando a redução das desigualdades sociais e regionais, por meio de programas e projetos condizentes e contextualizados com as demandas da escola pública, pautados no atendimento e reconhecimento da diversidade. (SANTA CATARINA, 2012)

A política estadual prevê ainda que as demandas da escola pública serão supridas por meio da elaboração do planejamento estratégico de formação continuada, que contemple entre outros elementos o diagnóstico e identificação das necessidades de formação continuada dos profissionais da Educação e a definição da quantidade e área de conhecimento dos programas e projetos a serem desenvolvidos, a partir de índices e resultados do desenvolvimento da Educação Básica das redes públicas. Com duração de quatro anos, este planejamento, segundo o Decreto 915/2012, deve ser revisto e atualizado anualmente, a partir dos dados provenientes do monitoramento, acompanhamento e avaliação realizada pelos sistemas de ensino. A Política de Formação Continuada para as redes públicas do estado, contudo não se efetivou no estado, nos termos do que previu o decreto que a instituiu, ao menos o que se refere ao planejamento estratégico envolvendo as redes públicas.

Para a rede estadual, a Secretaria Estadual estabelece, por meio da Sistemática de Capacitação para Educadores da Rede Estadual de Ensino, de 2016, as normas e procedimentos administrativos para a realização dos eventos da Formação Continuada do Magistério Público Estadual, de forma a garantir a certificação e o registro destes cursos. Esta Sistemática não atende os objetivos estabelecidos pela política de formação, tampouco atende o que prevê a meta 15 de Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC) – 2015/2024.

O PEE/SC foi elaborado no período de 2010 a 2014 a partir da sistematização de todas as contribuições realizadas nos momentos de diálogo promovidos nas CONAEs e de uma análise criteriosa da situação da Educação Catarinense, possibilitando que fossem estabelecidas metas e estratégias voltadas às prioridades do Estado. O PEE é o principal instrumento norteador das políticas, programas e ações de Estado com metas que preveem uma intervenção de curto, médio e longo prazo, no sentido de garantir o direito à Educação de qualidade para todos.

Os Planos de Educação, Nacional, Estadual e Municipais, estão alinhados entre si, sob a perspectiva macro do PNE e a sua execução plena, depende do estabelecimento do Regime de Colaboração entre os entes federados.

Assim como o PNE, o PEE/SC estabelece periodicidade bianual para a avaliação de sua execução. O primeiro Relatório Técnico da SED é de fevereiro de 2017 e o último, foi concluído em janeiro de 2020, levando-se em consideração os indicadores do Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2017-2018, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com foco no contexto da rede estadual.

A SED deve atuar, de forma sistemática e contínua, em regime de colaboração com os municípios, para o alcance das metas do PEE, no que se refere à política estadual de formação inicial e continuada, garantir que todos os professores tenham formação específica de nível superior, oportunizar a participação periódica em cursos de formação continuada na sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino, bem como a reestruturação de um plano de carreira. Não é possível perceber por estes relatórios os avanços do estado nestes aspectos.

3 CONCLUSÃO

Esta análise não buscou estabelecer uma relação direta de causalidade entre o rendimento educacional e a adequação da formação docente, mas ao relacionar estas duas variáveis coloca em evidência a multiplicidade de aspectos a serem considerados pela gestão educacional ao dimensionar o alcance das políticas públicas e seus resultados.

Ratifica que não é possível reduzir a perspectiva de qualidade em educação à uma única dimensão, simplificando o fenômeno educacional. A reflexão sobre as possíveis relações entre os indicadores analisados é necessária mas deve ser ampliada, considerando os diversos elementos que contribuem para a qualidade da educação no estado de Santa Catarina, no contexto das demais regionais de ensino. No caso da docência, cabe destacar que além da adequação da formação é possível e desejável que se realize uma análise mais complexa, envolvendo outros indicadores disponibilizados pelo INEP, tais como, a regularidade do corpo docente, esforço docente e de remuneração média.

Pensando na equidade em relação ao direito à educação, ressalta-se a necessidade e a importância de considerar as características das diferentes regionais.

A proposta desse estudo regionalizado levou em consideração a relação estratégica da Secretaria estadual de Educação com as Regionais de Educação, tendo em vista o modelo de gestão da administração pública estadual que prevê a execução de programas, projetos e ações, de forma descentralizada. Este é um elemento fundamental, no sentido de aproximar a gestão estadual garantindo, além da participação dos gestores regionais e escolares nas decisões em âmbito local, os insumos necessários às escolas considerando as demandas existentes, pela promoção da formação continuada.

Ainda que a política de gestão de recursos humanos seja uma só para toda a rede estadual, com normas rígidas de contratação, não assegura na mesma proporção para todas as unidades, os profissionais com a formação requerida. Nas regionais de Concórdia e Caçador por exemplo, é possível verificar que não é tão grande a diferença em relação à proporção de professores no Grupo 1, ou seja, que apresentam a formação requerida, mas na regional de Caçador, onde se verifica as taxas de rendimento menos adequada, há muito mais profissionais no Grupo 5, sem o curso superior completo. Isso exige dessa regional, um esforço muito maior no sentido de promover um processo de ensino que possa ter mais efetividade, esforço este que inclui as unidades escolares, seja na definição das demandas, planejamento e execução de capacitação, como no acompanhamento e assessoramento a estes profissionais.

Por parte da SED cabe ampliar o esforço de planejamento estratégico com base em indicadores regionalizados. Cabe ainda, implementar efetivamente as metas do Plano Estadual de Educação promovendo a articulação do sistema estadual de ensino em todos os níveis, estabelecendo mecanismos de avaliação dos programas de valorização e estímulo à docência com ênfase na proposição de um plano de carreira que torne a carreira do magistério atrativa e na melhoria das condições de trabalho nas escolas.

REFERÊNCIAS

- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 7. ed. Florianópolis: Editora Ufsc, 2011. 315 p.
- BARBOSA, Marinalva Vieira *et al* (org.). Políticas públicas para formação de professores: pibid, mestrados profissionais e pnem. **Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 98, p. 23-39, abr. 2017. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/3195/2731>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei nº LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o plano nacional de educação - pne e dá outras providências. **Plano Nacional de Educação**: Legislação federal. Brasília, DF, 26 jan. 2014. DOU de 26/01/2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 jan. 2021
- BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Legislação federal. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BRASILIA. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Técnica 020/2014: Indicador de adequação da formação do docente da educação básica. 2014. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf. Acesso em: 28 set.2020.
- CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. **Formação docente e desempenho discente na educação básica**. 2018. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração – Ppga, Universidade de Brasília – Unb, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32141>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. A Qualidade da Educação: conceitos e definições. **Textos Para Discussão**: Série Documental, Brasília, n. 24, p. 7-32, 2007. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/A+qualidade+da+educa%C3%A7%C3%A3o+conceitos+e+defini%C3%A7%C3%B5es/8926ad76-ce32-4328-8a26-5139ccedd4?version=1.3>. Acesso em: 18 out. 2020.
- GATTI, Bernardete A.. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, 1 abr. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27922/29694>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 7. ed. Florianópolis: Editora Ufsc, 2011. 315 p.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 171 p.

HAMMAND, Linda Darling. Importância da Formação Docente. **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 230-247, dez. 2014. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/303>. Acesso em: 19 fev. 2021.

LUCE, Maria Beatriz. Formação de professores: a política e as diretrizes curriculares. **Em Aberto**, Brasília, v. 30, n. 98, p. 185-200, abr. 2017. Entrevistada por Fernanda Borges de Andrade. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/3195/2731>. Acesso em: 15 jan. 2021.

REIS, Edna Afonso; REIS, Ilka Afonso. **Análise Descritiva de Dados**: relatório técnico do departamento de estatística da ufmg. Minas Gerais: Ufmg, 2002. 64 p. Disponível em: <http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

SOARES, José Francisco. O EFEITO DA ESCOLA NO DESEMPENHO COGNITIVO DE SEUS ALUNOS. **Reice**: Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación, [s. l], v. 2, n. 2, p. 83-104, jul. 2016. Disponível em: <http://www.ice.deusto.es/rinace/reice/vol2n2/Soares.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

SANTA CATARINA. Diretoria de Planejamento e Políticas Educacionais. Secretaria de Estado da Educação. **Indicadores Educacionais de Santa Catarina**. Atualização 2020. 2020. Elaborado por: Alexsandra Schmidt Fabrin; Franciele Chaves; Josiane Marques Motta; Maristeele Barbosa de Oliveira. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/informacoes-educacionais/28427-indicadores-educacionais>. Acesso em: 4 fev. 2021.

SANTA CATARINA (Estado). Lei nº Lei Nº 16.861, de 28 de dezembro de 2015. Disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime administrativo especial, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República: Legislação estadual. Florianópolis, SC, 31 dez. 2015. n. 20.209. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/16861_2015_Lei.html. Acesso em: 02 fev. 2021.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Relatório de monitoramento PEE SC 2019[recurso eletrônico]. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/16970-plano-estadual-de-educacao>. Acesso em: 02 jan. 2021.

SANTA CATARINA (Estado). Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências.. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Legislação estadual. Santa Catarina, SC, Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/index.php/servicos/professores-e-gestores/16970-plano-estadual-de-educacao>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SANTA CATARINA (Estado). Lei Complementar nº 203, de 14 de dezembro de 2015. Estabelece nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo.. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Legislação estadual. Santa Catarina, SC, 31 jan. 2003. n. 17.086. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2003/243_2003_Lei_complementar.html. Acesso em: 20 jan. 2021.

SANTA CATARINA (Estado). Decreto nº 915, de 09 de abril de 2012. Institui a Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação das redes públicas de ensino do Estado.. **Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação**: Legislação estadual. Santa Catarina, SC, Disponível em:
https://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Decretos/2012_-_Decreto_N_915%2C_de_09_de_abril_de_2012.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVA, Isabel Cristina Silva Da; FABRIS, Adilson José. Descentralização no poder público estudo de caso na ADR - agência de desenvolvimento regional de palmitos. Santa Catarina:2017. Disponível em: ww.uniedu.sed.sc.gov.br › Isabel-C.-Silva-da-Silva.pdf..Acesso em: 10 jan.2021.